Código de ética e conduta

STOHLER | ADVOGADOS

Todos os sócios, advogados associados, e estagiários do Escritório Stohler Advogados estão submetidos às regras próprias da profissão e ao Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), nos termos da Lei Federal nº 8.906/1994 e demais atos e decisões do Conselho Federal e das Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Em razão disso, os profissionais do Stohler Advogados têm o compromisso inabalável com a honra, nobreza e a dignidade da profissão, atuando sempre com independência técnica, decoro, lealdade e boa-fé. O compromisso do Escritório com a ética e integridade na prestação de serviços jurídicos nos levou a elaborar este documento, o qual, somando-se ao Código de Ética e Disciplina da OAB e ao Regimento Interno, visa reger o relacionamento dos integrantes da nossa equipe de Advogados, estagiários e funcionários/colaboradores, não apenas entre si, como também no trato com clientes, autoridades públicas, fornecedores, concorrentes e a sociedade em geral.

O presente Código de Ética e Conduta do Stohler Advogados vem proclamar a adesão aos melhores princípios e valores éticos e de moralidade corporativa, em observância a todas as normas aplicáveis, inclusive aquela que trata da prática de atos lesivos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, introduzida no direito brasileiro pela Lei Federal nº 12.846/2013 (também conhecida como "Lei da Empresa Limpa") regulamentado pelo Decreto nº 8.420/2015.

Eventuais desvios aos princípios e valores ora estabelecidos podem e devem ser reportados por qualquer pessoa interessada, integrante, ou não, dos quadros de profissionais e funcionários/colaboradores do Escritório, por meio de qualquer canal de denúncia, o que será devidamente apurado. O anonimato ou confidencialidade da identidade é assegurado de forma integral e permanente, apresentando-se como instrumento motivador de denúncias a violações a este Código.

I - PREÂMBULO

Stohler Advogados tem trabalhado para bem servir a seus clientes nas mais diversas áreas do Direito, sempre de forma criativa, segura, inovadora, personalizada e eficaz.

Implantou uma estrutura ágil e abrangente, voltada para atender às demandas jurídicas e aos interesses de seus clientes, com dedicação, lealdade e eficiência de resultados.

O objetivo do Stohler Advogados é o engajamento nas atividades de advocacia e o permanente compromisso com a ética profissional e

responsabilidade social, visando ao atingimento do mais elevado padrão de qualidade, que conduza a uma posição de destaque e liderança no mercado da advocacia em que atue.

II - PRINCÍPIOS GERAIS

O Escritório Stohler Advogados, com o propósito de promover e manter sua reputação profissional, desenvolve suas atividades com base nos seguintes princípios, aplicáveis a todos os seus advogados, estagiários e funcionários/colaboradores:

1. Princípio da Honestidade, cujas condutas imprescindíveis para a sua efetividade são, dentre outras:

I - Honrar com probidade todos os compromissos assumidos;

II - Portar-se permanentemente com dignidade e honradez, dentro e fora do escritório;

III - Ser franco e leal com os colegas de trabalho, clientes, concorrentes, fornecedores e com a sociedade em geral;

IV - Repúdio a toda e qualquer prática de corrupção, pública ou privada, e de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira.

2. Princípio da Integridade, cujas condutas imprescindíveis para a sua afirmação são, dentre outras:

I - Agir com retidão e visando a contribuir para a concretização do ideal de justiça na execução diária das rotinas profissionais;

II - Desenvolver com o máximo de perfeição todas as tarefas;

III - Observar com rigor as regras e as normas éticas da advocacia e da boa conduta, inclusive aquelas voltadas ao combate da corrupção, previstas na Lei Federal nº 12.846/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.420/2015 e normas correlatas.

3. Princípio da Veracidade, cujas condutas imprescindíveis para o seu atingimento são, dentre outras:

I - Ter como norma de conduta o apego permanente à verdade;

II - Fazer sempre afirmações verazes e construtivas;

III - Utilizar a verdade como um instrumento de trabalho.

4. Princípio da Fidelidade, cujas condutas imprescindíveis para a sua implementação são, dentre outras

I - Ser sempre firme e leal em suas convicções;

II - Cumprir sempre com aquilo ao qual se obrigou;

III - Ser fiel aos clientes, demonstrando dedicação e zelo em relação aos seus interesses;

IV - Honrar a confiança depositada pelo Escritório e seus clientes, sendo um profissional empenhado, leal e dedicado.

5. Princípio do Respeito pela Pessoa Humana, cujas condutas imprescindíveis para a sua satisfação são, dentre outras:

I - Valorizar a dignidade da pessoa humana como primado fundamental;

II - Tratar o seu semelhante da maneira como você gostaria de ser tratado;

III - Zelar pela manutenção de um ambiente de trabalho harmônico, fraterno e agradável;

IV - Vedação absoluta a qualquer prática de assédio moral ou sexual ou a contratação de mão de obra infantil ou exploração de trabalho escravo;

V - Respeito absoluto ao próximo e repúdio a qualquer tipo de discriminação de qualquer natureza.

6. Princípio da Responsabilidade e do Respeito aos Clientes, cujas condutas imprescindíveis para o seu cumprimento são, dentre outras:

I - Executar com presteza, eficiência e exatidão os compromissos assumidos perante o cliente, colegas e superiores;

II - Manter com o cliente tratamento respeitoso, digno, construtivo e profissional;

III - Nunca permitir que conflitos internos e contingências pessoais interfiram com a realização do propósito de fazer o melhor pelo cliente;

IV - Comunicar-se adequadamente e com urbanidade com os clientes,

colegas, concorrentes, fornecedores e com a sociedade em geral, promovendo a boa imagem da firma e vínculos duradouros com o Escritório.

7. Princípio da Lucratividade, cujas condutas imprescindíveis para a sua obtenção são, dentre outras:

I - Objetivar o lucro e a remuneração justa como fruto da atividade profissional e da dignificação do trabalho;

II - Não visar ao lucro como um fim em si mesmo, mas como consequência natural do trabalho dignamente prestado;

III - Evitar qualquer espécie de desperdício ou utilização indevida de bens e valores, sejam provenientes do Escritório ou dos clientes;

8. Princípio da Livre Concorrência, cujas condutas imprescindíveis para o seu alcance são, dentre outras:

I - Respeitar e fazer respeitar as normas reguladoras aplicáveis, com base na Constituição e nas leis do país;

II - Ter o concorrente não como um inimigo, mas como um colega de profissão e eventual parceiro no mercado;

III - Não utilizar meios ardilosos e/ou ilícitos para atingir objetivos ou metas profissionais.

9. Princípio da Solidariedade cujas condutas imprescindíveis para a sua realização são, dentre outras:

I - Desenvolver as atividades, objetivando sempre o melhor desempenho da equipe;

II - Respeitar a individualidade de cada um;

III - Canalizar o seu esforço em prol dos colegas de trabalho e do conjunto do Escritório;

IV - Auxiliar, dentro de suas possibilidades, aqueles que estão à sua volta no ambiente de trabalho;

V - Prestar informações e permanente colaboração, em tempo satisfatório, a todos os advogados, estagiários e funcionários/colaboradores do Escritório;

VI - Incentivo a práticas de Responsabilidade Social e da advocacia pro-bono;

VII - Garantir oportunidade igual e tratamento justo a todos os advogados, estagiários e funcionários/colaboradores do Escritório.

10. Princípio da Confidencialidade, cujas condutas imprescindíveis para a sua implementação são, dentre outras:

I - Manter com os clientes relação de discrição e de confiança;

II - Preservar e manter em sigilo as informações e revelações dos clientes;

III - Dar publicidade às questões e assuntos do interesse dos clientes somente quando por estes expressamente autorizados.

Esses princípios determinam e orientam todas as ações e projetos do Escritório, devendo ser seguidos à risca pelos advogados, estagiários e funcionários/colaboradores na execução de suas tarefas diárias.

III - COMPROMISSOS INSTITUCIONAIS

O Escritório, movido pelos princípios referidos no Capítulo anterior, assume publicamente determinados compromissos que são essenciais para a realização sadia, responsável e profissional de sua missão, quais sejam:

1. Responsabilidade com os clientes: Conquistar e manter os clientes, prestando serviços em regime de parceria que lhes satisfaçam plenamente, em termos de qualidade técnica, celeridade e preço competitivo;

2. Responsabilidade com os advogados, estagiários e funcionários/colaboradores: Respeitar os direitos e benefícios dos advogados, estagiários e funcionários/colaboradores do Escritório, oferecendo-lhes condições de trabalho dignas e seguras, que lhes permitam prestar serviços adequados e competitivos; promover o desenvolvimento e aprimoramento de cada um e a valorização dos talentos humanos; dar a todos, segundo o critério do mérito e da utilidade funcional, semelhantes oportunidades de trabalho; encorajar o envolvimento dos recursos humanos no planejamento e execução dos trabalhos, mediante uma franca, objetiva e criteriosa troca de ideias e experiências; e dar efetividade àqueles princípios institucionais em todas os setores e áreas de atuação do Escritório;

3. Responsabilidade com parceiros e fornecedores: Procurar relacionamentos que sejam mutuamente benéficos com parceiros e fornecedores, inculcando neles a observância dos princípios institucionais do Escritório e deste Código de Ética e Conduta.

4. Responsabilidade com a Sociedade: Conduzir a atuação do Escritório com responsabilidade perante a sociedade em geral e sem vínculo político-partidário, dedicando apoio aos direitos humanos fundamentais e às políticas públicas e ações sociais que os promovem. O Escritório deve também contribuir para o progresso social e material do país, para o aprimoramento da ordem jurídica e do regime democrático, para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

5. Doação de brindes e presentes: É estrita e terminantemente vedado aos sócios, advogados, estagiários, funcionários/colaboradores do Escritório o oferecimento ou o recebimento de presentes, brindes, hospitalidades, valores pecuniários ou benefícios de qualquer espécie, de clientes, públicos ou privados, fornecedores atuais ou em potencial, e agentes públicos em geral, assim definidos como qualquer pessoa que ocupe cargo ou função em órgãos ou entidades da Administração Pública, nacional ou estrangeira, direta ou indireta, em todas as esferas, cujo valor seja superior ao equivalente em reais a US\$100.00 (cem dólares americanos).

6. Comunicação de Parentesco: Os sócios, advogados, estagiários, funcionários/colaboradores do Escritório devem informar se seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, ocupa função de confiança, gerencial ou da Alta Administração de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, em todos os níveis da Federação.

7. Vantagens indevidas e postura com clientes: É terminantemente proibido aos sócios, advogados, estagiários, funcionários/colaboradores tirar proveito indevido da relação institucional com clientes do Escritório ou agir com abuso de poder, agressão verbal, declarações falsas ou prática comercial injusta. Os membros da equipe não devem usar o nome do Escritório para obter benefício próprio ou a terceiros ao lidar com clientes do Escritório, privados ou integrantes da Administração Pública, nacional ou estrangeira, direta ou indireta, de todos os níveis da Federação.

8. Adesão integral ao Código de Ética e Conduta: Os sócios, advogados, estagiários e funcionários/colaboradores tomam conhecimento e aderem a este Código de Ética e Conduta. Todo e qualquer atual ou novo integrante do Escritório deverá firmar um Termo de Adesão na data de

seu ingresso e receber uma cópia física ou eletrônica deste Código.

9. Conflito de interesses: Todo caso novo, de natureza contenciosa ou consultiva, de cliente institucional ou potencial, deve ser submetido previamente à Sócia Majoritária, para verificar eventual conflito de interesses. O conflito de interesses não se limita às regras deontológicas da profissão, nos termos do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e demais atos e decisões do Conselho Federal, mas pode surgir por obrigações contratuais assumidas pelo Escritório junto a seus clientes e decorrentes de questões comerciais.

10. Colaboração com Autoridades Públicas. O Escritório deverá colaborar com os órgãos e autoridades públicas, no Brasil e no exterior, nos procedimentos legais investigatórios, destinados à defesa da moralidade e da ética pública, observando-se sempre as normas e princípios da Lei Federal nº 8.906/94, do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia, do Código de Ética e Disciplina da categoria e dos demais Provimentos editados pela Ordem dos Advogados do Brasil.

11. Dever de informar ou de obter autorização prévia: Os sócios, advogados associados, estagiários, funcionários/colaboradores devem informar à Sócia Majoritária o ingresso de qualquer ação judicial que venha a ser proposta pelo próprio, por cônjuge ou parente de até segundo grau de que tenham conhecimento em face de cliente do Escritório. No caso de prestação de serviços advocatícios de forma autônoma e individual (e.g., consultoria jurídica, patrocínio judicial, de processos administrativos ou de procedimentos de arbitragem ou mediação) a clientes particulares e não pertencentes ao quadro de clientes atendidos pelo Stohler Advogados, os sócios ou advogados associados deverão obter autorização prévia da Sócia Majoritária, como forma de evitar conflitos de interesses com clientes do Escritório e com as suas teses jurídicas defendidas.

O Escritório deve ter preocupação permanente com a comunicação externa e interna. Reconhece que, face à importância das atividades nas quais está engajado, é essencial uma comunicação aberta com os clientes e a sociedade em geral. Para bem atender a essa finalidade, o Escritório oferece informações transparentes sobre sua organização e atividades para as partes legitimamente interessadas, por meio dos veículos da mídia, publicações e por meio de seus informes, com respeito aos compromissos de confidencialidade e às normas protetoras da intimidade, da honra e da imagem das pessoas.

Stohler Advogados pauta as suas atividades nos princípios e compromissos antes referidos, esperando reciprocidade em seu

relacionamento com os clientes, fornecedores, concorrentes e a sociedade em geral.

IV - CANAL DE DENÚNCIA

No Escritório Stohler Advogados, a ética e integridade de seus sócios, advogados, estagiários e funcionários/colaboradores se consubstanciam em valores fundamentais de observância obrigatória.

Em caso de suspeita de violação a qualquer dos preceitos aqui estabelecidos, é estimulado o envio da denúncia para o e-mail compliance@stohleradvogados.com, a qual deve conter, dentre outras informações, (i) breve relato dos fatos; (ii) nome dos envolvidos, integrantes, ou não, do Escritório; (iii) data do ocorrido; e (iv) se preventivo, quando o denunciante acredita que a violação possa ser consumada:

O Escritório nomeará um responsável para receber as denúncias ficando desde já esclarecido que essa pessoa terá autonomia e deverá adotar as medidas corretivas e disciplinares que sejam cabíveis sempre que necessário.

As decisões serão autoaplicáveis. Tal pessoa designada deverá informar periodicamente acerca do andamento de suas atividades (e.g. se estão sendo adotadas medidas corretivas ou preventivas, se algo foi encontrado no bojo de um procedimento investigatório, etc.) à comunidade interna do Escritório, preservando-se em todas as hipóteses a confidencialidade da denúncia e o anonimato do denunciante.